**PARA UM DESIGN CONVIVENCIAL**

**Carlo Franzato**

Este artigo é inspirado no trabalho de Ivan Illich, especialmente na sua obra *Tools for conviviality”* (1973), na qual o autor desenvolve uma crítica à insustentabilidade do que é chamado de desenvolvimento e à industrialização. Logo, Illich elabora a proposta da convivencialidade. Nessa obra, há posições antecipadoras sobre questões que o design começa a aprofundar somente na virada do milênio, que ainda trabalha e que, por isso, se torna determinante colocar em pauta. Nesse sentido, o artigo oferece sugestões para a evolução do design industrial ou de produto, do design de serviços, do design estratégico, do codesign e das vertentes projetuais que visam à inovação social e à sustentabilidade. Entre elas, há 1) a vinculação da procura da sustentabilidade aos processos de evolução social; 2) a necessidade da passagem da crítica da industrialização (e do design industrial) à proposição de alternativas, e 3) a oportunidade que tal passagem seja orientada para promover processos participados de imaginação.

**Key-words:** Ivan Illich, Tools for Conviviality, Strategic Design, Codesign, Sustainability

**A convivencialidade de Ivan Illich**

O trabalho de Ivan Illich é fortemente crítico com o modo de produção industrial, tanto de bens quanto, e sobretudo, de serviços. De fato, se concentra em sistemas especialmente relacionados com os serviços, como a escola (1973), os transportes (1975a) ou a saúde (1975b), entre outros. Em *A convivencialidade* (1976), Illich demonstra que a industrialização vem impondo um modelo de desenvolvimento hipertrófico programaticamente insustentável. A produção industrial torna-se rapidamente monopólio entre as diversas formas de produção possíveis, expande progressivamente sua influência a todos os processos sociais e, finalmente, assujeita a sociedade toda. Há uma reviravolta na relação entre meios e fins, pela qual as pessoas, as organizações e as instituições, sem nem se darem conta, assumem como fim o serviço aos meios que deveriam servi-las. Manifesta-se, assim, uma ética da produtividade que orienta a ação humana apenas para a reprodução do programa industrial com ritmos de crescimento exponenciais.

Illich relata a hipertrofia dos sistemas analisados e a ultrapassagem dos que ele chama de “limiares de mutação” dos sistemas, ao passo que eles se desenvolvem seguindo as lógicas da industrialização (1976, p. X). Além desses limiares, os sistemas não apenas perdem eficiência, mas também se tornam contraproducentes. Cerca de duas décadas antes da difusão de conceitos como o do *“tripé da sustentabilidade”* ou o da *“pegada ecológica”,* Illich sugere a necessidade de alcançar um equilíbrio multidimensional, identificando diversos limiares de mutação e, assim, estabelecendo os limites do desenvolvimento. Em um período, os anos setenta, marcado pela crise do petróleo e pela afirmação progressiva da consciência ecológica no seio da sociedade, Illich coloca em pauta, com procedência, a degradação do meio ambiente e já se concentra em questões mais precisamente ligadas à esfera humana.

É importante ressaltar que o trabalho de Illich não se limita a uma análise crítica, mas é marcadamente propositivo. *A convivencialidade* é primeiramente uma proposta que, opondo-se à ética da produtividade como valor único, nos sugere de ultrapassar as distorções trazidas pela industrialização:

“Por *convivencialidade* entendo o inverso da produtividade industrial. Cada um de nós define-se pela relação com os outros e com o ambiente, assim como pela sólida estrutura das ferramentas que utiliza. [...] A relação industrial é reflexo condicionado, uma resposta estereotipada do indivíduo às mensagens emitidas por outro usuário que jamais conhecerá, a não ser por um meio artificial que nunca compreenderá. A relação convivencial, por outro lado sempre nova, é ação de pessoas que participam na criação da vida social. A mudança da produtividade para a convidencialidade substitui um valor técnico por um valor ético, um valor material por um valor adquirido. *A convivencialidade é a liberdade individual, realizada dentro do processo de produção no seio de uma sociedade equipada com ferramentas eficazes”* (ILLICH, 1976, p. 25).

Assim, Illich invoca uma tomada de consciência a respeito da industrialização e de seus processos de assujeitamento da sociedade, pelos quais as pessoas passam a servir ao modo de produção industrial. Logo, para recuperar a relação entre meios e fins, torna-se necessária a retomada do controle das pessoas sobre os meios. Illich chama de “sociedade convivencial àquela em que a ferramenta moderna está ao serviço da pessoa integrada na colectividade, e não ao serviço de um corpo de especialistas. Convivencial é a sociedade em que o homem controla a ferramenta” (1976, p. 10-11).

Em Illich, o termo *ferramenta* é nome abstrato, não concreto. Não remete necessariamente a um mero objeto, como um martelo, mas pode indicar também uma organização, uma instituição ou um sistema inteiro, como a escola, os transportes ou a saúde. Antes de mais nada, designa o que contribui para tecer a relação do ser humano com o mundo. Ele sugere a possibilidade de ordenar as ferramentas em uma série de maneira tal que, num extremo, haja a ferramenta dominante, utilizada por especialistas, e, no oposto, haja justamente a ferramenta convivencial (1976, p. 25), à disposição das pessoas em geral. Em seguida, ele fornece esta definição:

A ferramenta é convivencial na medida em que cada um puder utilizá-la sem dificuldade, tão amiúde ou tão raramente quanto o deseje, para os fins que o próprio determine. O uso que cada qual fizer dela não invade a liberdade do outro para fazer o mesmo. Ninguém precisa de um diploma para usar a vontade; pode fazê-lo ou não. Entre o homem e o mundo, ela é um condutor de sentido, um tradutor de intencionalidade (1976, p. 39-40).

A ferramenta convivencial está à disposição do ser humano para colocar em prática suas intenções e perseguir seus fins. Logo, recuperada a relação entre meios e fins, a ferramenta auxilia o ser humano a criar e a se expressar de modo livre. Na proposta de Illich, há uma correspondência de afinidade e sinergia entre liberdade e criatividade que se cumpre no conceito de “self-defined” or “convivial work” (1973, p. 26), que é expressado com a locução “autonomia criadora” nas traduções de seu livro para as línguas românicas (Citação). A liberdade é entendida como habilitação das pessoas à criatividade, no respeito à liberdade dos outros a fazer o mesmo. Na opinião de Illich, “a postindustrial society must and can be so constructed that no one person's ability to express him- or herself in work will require as a condition the enforced labour or the enforced learning or the enforced consumption of another” (1973, p. 26). Essa autonomia não é independência, pois implica elos sociais e se realiza por meio deles, mais especificamente, como vimos, por meio da relação convivencial que “é acção de pessoas que participam na criação da vida social” (ILLICH (1976, p. 25).

**Antecipações para o discurso do design**

A proposta de Illich é certamente radical. Aos ouvidos de alguns, soa como uma utopia, tão indispensável quanto irrealizável, enquanto aos ouvidos de outros, soa como uma temível distopia. Mais do que pela sua radicalidade, porém, destaca-se pela sua lucidez, pois enuncia os limites de um desenvolvimento sem limites. Quatro décadas depois, na retomada de consciência sobre a necessidade de alcançar a sustentabilidade que caracteriza o final da segunda década do século XXI, parece ser até mais atual do que então.

Os princípios de Illich podem ser encontrados explicita e, sobretudo, implicitamente, na origem de diversas teorias e aplicações contemporâneas. Na educação, por exemplo, suas “teias de aprendizagem” (ILLICH, 1973), compartilhadas e colaborativas, antecipam inúmeras pesquisas e projetos que promovem processos de aprendizagem por meio do compartilhamento de conhecimento em comunidades de prática, redes informáticas ou novos tipos de organizações escolares.

Acredita-se que sua proposta tenha influenciado o design também, pelo menos em suas vertentes mais alternativas. Mesmo que indiretamente, de fato, ela pode ser lida como uma crítica ao design. Tal crítica torna-se direta duas décadas depois, em meados dos anos noventa, quando Carl Mitchan procura Illich para elucidar as consequências de seu pensamento para a área. Em um texto inacabado, eles afirmam que “certamente temos a obrigação, não tanto de promover o design, mas de aprender a viver sem ele, de resistir às suas seduções e de nos afastar de sua influência difusa e corrupta” (MITCHAN, 2003, p. 29, trad. do autor).

A crítica de Illich revela-se veemente em relação a um desenho industrial como mera ferramenta da industrialização, a um design como engrenagem de uma cadeia produtiva operada por especialistas, com seus procedimentos protocolares, cujos outputs de alguns desses se tornam inputs para outros. O designer industrial, de fato, frequentemente recebe pesquisas de múltiplos especialistas disciplinares e briefings empresariais, os elabora e os transforma em desenhos técnicos, modelos e protótipos. Esses são logo repassados para os engenheiros que operam detalhamentos e testes e, eventualmente, encaminham seus resultados aos especialistas da próxima engrenagem, e assim por diante.

Ora, como revela a metalinguagem de quem administra essa cadeia, o design é explicitamente compreendido como uma ferramenta usável para alcançar a inovação. Veja-se, a propósito, a abundante literatura de estudos sobre a gestão do design ou a inovação. Esse tipo de compreensão é frequente também na literatura do design, particularmente das vertentes que atrelam o processo projetual à elaboração de artefatos, como o design de produto ou de serviços, nos quais o processo é definido pelo seu resultado.

Se as expressões *desenho industrial* e *design de produto* já estão numa relação de sinonímia, as elaborações de Illich sobre os serviços sugerem que também o design de serviços poderia ser considerado assimilável ao desenho industrial. Na sua crítica à industrialização, como já foi evidenciado, Illich não se concentra no setor secundário, mas no terciário, nos sistemas da escola, dos transportes ou da saúde, ou seja, em alguns dos principais campos de prática para a elaboração do design de serviços que ocorre a partir dos anos noventa. No setor terciário, proliferam as engrenagens abstratas da máquina industrial, relações impessoais e processos organizacionais que começam a escapar da nossa compreensão. Essas relações e processos permitem o aumento exponencial da produtividade e a aceleração do ritmo dos consumos, inclusive de bens produzidos pelo setor secundário. Desse ponto de vista, então, design de produto e design de serviços poderiam ser consideradas duas tipologias de desenho industrial. Com a afirmação do conceito de sistema produto ou sistema produto-serviço (MANZINI, 1990; MAURI, 1996), ademais, a distinção entre essas tipologias se torna cada vez mais lábil, tanto é que o design começa a ocupar-se, não mais precisamente de produtos ou serviços, mas de sua convergência.

Francesco Mauri define o sistema produto como “a unidade global organizada de inter-relações entre elementos, ações e indivíduos” (1996, p. 6), reconhecendo-lhe, assim, uma existência sociocultural discretamente autônoma do processo de design, não prédeterminável, mas apenas, talvez, prospectável por meio do processo. Segundo Mauri, o mesmo “design is rethought as creative knowledge expressed as relational action, and is not conceived as a fulfilled act that precedes execution, but as responsive action of continuous changes” (1996, p. XI). “Non-programmable, non-delimitable and capable of self-organization” (1996, p. XI), o design não é mais reduzível a um procedimento protocolar da cadeia produtiva. Vice-versa, o design torna-se necessariamente estratégico, pois aberto às relações dos ecossistemas socioculturais, situado e em contínuo devir, sensível aos acasos do presente e orientado a antecipar um futuro que, porém, não pode prever.

Reconhecer a estrategicidade do processo de design antes da finalidade da concepção de artefatos, não significa subtraí-lo de uma dimensão teleológica, pois a estratégia está originariamente relacionada com o discernimento das intenções que movem sua elaboração. Junto à estrategicidade e à intencionalidade, também se agrega a subjetividade dos designers e dos demais atores que desenvolvem o processo de design. O processo de design não pode mais ser considerado meramente objetivo, reduzido a um procedimento protocolar executado com precisão pelos designers especialistas, pois é movido pelas intenções subjetivas, múltiplas, pluridiversas e mutantes que o originam. Sua autoria deve ser distribuída entre os atores envolvidos e pode ser atribuída até às relações ecossistêmicas e ao ecossistema que o incuba e que, contemporaneamente, o mesmo processo contribui a constituir.

Voltando a Illich, o reconhecimento da estrategicidade, da intencionalidade e da subjetividade do processo de design demanda dos designers escolher manter sua ação nos escopos da industrialização, ou orientá-la para uma restauração da relação entre meio e fins na perspectiva convivencial. É plausível supor que Mauri (1996) abra para essa segunda opção e que nela possam ser inscritos os trabalhos de Ezio Manzini e François Jégou (2003), ou Anna Meroni (2008). Para esses autores, de fato, o design estratégico emerge em âmbitos coletivos e é necessariamente associado a processos de compartilhamento, colaboração e, desejavelmente, participação social. Para Manzini e Jégou (2003) e Meroni (2008), o processo de design está relacionado ao de inovação social. Ademais, Meroni explicita que “strategic design is about co-designing” (2008, p. 35). Nesse sentido, o processo de design proposto por eles se aproxima da “relação convivencial” de Illich.

Finalmente, é importante operar uma ressalva para fugar eventuais equívocos. Nesta seção fez-se uma leitura do trabalho de Illich voltada a evidenciar a relevância de suas antecipações para se agregarem ao discurso do design. Nos últimos parágrafos, aproximou-se sua proposta ao design estratégico e até à inovação social. Trata-se, justamente, apenas de antecipar e aproximar, pois, de maneira alguma, sua convivencialidade se dedica aos conceitos de design, estratégia ou inovação. Pelo contrário, Mitchan demonstra a aversão de Illich em relação ao design e em *A convivencialidade,* ademais, ele tende a associar a inovação à industrialização. Novamente, ocorre repetir que trazer o trabalho de Illich ao discurso do design é oportuno, se não indispensável, pelo seu conteúdo veementemente crítico.

**Para um design convivencial**

Elizabeth Sanders e Pieter Jan Stappers são autores influentes para as vertentes do codesign e do design participativo. Em *Co-creation and the new lanscapes of design* (2005), eles valorizam a criatividade que reside em cada pessoa e não apenas nos criativos profissionais, como os designers, e também a criatividade coletiva. Ademais, eles reconhecem as competências criativas do designer especialista e sugerem que esse as disponibilize na elaboração de processos cocriativos. Nessa linha, pode ser inscrito também o conceito de “design difuso” proposto por Manzini (2015, p. X). No discurso desses autores, é possível reconhecer o conceito da autonomia criadora de Illich.

Sanders e Stappers (2012) desenvolvem os conceitos do artigo citado por meio do livro *Convivial toolbox. Generative research for the front end of design,* que emblematicamente dedicam à memória de Illich. No prefácio do livro (2012, p. 7), eles ressaltam que seu conceito de ferramenta convivencial pode inspirar:

* End-user fabrication of products;
* Platforms for the creative expression of individuals;
* The means for achieving community goals;
* Methods, tools and techniques for exploring what conviviality might look like and feel like;
* Scaffolds for collective creativity.

Além das possibilidades da cocriação, nessa listagem é possível encontrar referências à cultura maker. Habilitada pela aliança entre as práticas do it yourself e as tecnologias de fabricação digital, a cultura maker promove processos de concepção de novos produtos e, mais frequentemente, de apropriações sucessivas de projetos anteriores, bem como processos de autoprodução. Tais processos são logo compartilhados nas comunidades de amadores, normalmente sem que haja necessidade de pagamento ligado à propriedade intelectual. Assim, hoje se torna possível e cada vez mais acessível a produção, o uso e a manutenção de ferramentas convivenciais pelas pessoas.

Nessa listagem, é possível encontrar referências às vertentes do design intrinsecamente interligadas à transformação social, em direção a um melhor convívio entre as pessoas e com o meio-ambiente. Alude-se as vertentes da área que procuram avanços metodológicos em processos projetuais que sejam voltados para melhorar a vida de comunidades, das realidades socioterritoriais ou da sociedade como um todo, e que, ao mesmo tempo, sejam expressos por elas, não predispostos por agentes exógenos e impostos a elas, nem, tampouco, apenas sugeridos. Nesses processos projetuais, em outras palavras, há participação e ela ocorre durante os processos, não apenas em sua implementação.

Para essas vertentes, Illich fornece sugestões a respeito de, pelo menos, três estratégias projetuais. A primeira é a necessidade de estreitar os laços entre a procura das diversas sustentabilidades, sem separar a sustentabilidade ambiental de outras de natureza socioeconômica, vinculando tal procura à evolução da sociedade. Fabrizio Ceschin e İdil Gaziulusoy (2016) são autores de um exame atento da evolução do design para a sustentabilidade, o que lhes permite de evidenciar como os estudos da área passam, dos anos noventa até hoje, de um design orientado à elaboração de indivíduos técnicos apenas mais sustentáveis, mas não necessariamente sustentáveis, para um design orientado a repensar sistemicamente as relações sociais e com o meio-ambiente, que permita o efetivo alcance da sustentabilidade. Eles explicam como o design, hoje, se preocupa com as lógicas que subjazem aos processos de produção, distribuição e consumo, evidentemente sistêmicas, mais do que com a limitação dos recursos relacionados ao ciclo de vida de um produto, de um serviço ou de um sistema produto-serviço. Eles explicam, outrossim, como o design deva se tornar cada vez mais estratégico para traçar tal trajetória. Ora, desde “Energia e equidade” (1975a) e “A convivencialidade” (1976), Illich afirma que a procura da sustentabilidade está relacionada ao alcance de um equilíbrio multidimensional e, para tanto, ele se concentra justamente nas racionalidades ou, melhor, nas irracionalidades dos processos de produção, distribuição e consumo. Na versão italiana de “A convivencialidade”, Illich adverte sibilinamente que a reorganização do sistema industrial dos anos setenta, inspirado na limitação do uso dos comburentes e de recursos naturais, estaria destinado a falir (2014, p. 12).

Somente décadas depois, o design chega a essas conclusões e a procurar alternativas embasadas em outras maneiras de convívio. Como afirma John Thackara, em seu livro *Into the bubble,* sobre a contribuição do design para a construção de futuros sustentáveis, “thirty years ahead of the rest of us, Illich argued for the creation of convivial and productive situations and localities” (2005, p. 75). Nesse sentido, a segunda sugestão de Illich é a necessidade de, após a crítica, avançar para propostas alternativas. A convivencialidade é, antes de tudo, uma proposta que começa a detalhar uma alternativa de convívio entre as pessoas e entre elas e o meio-ambiente, a qual “substitui um valor técnico por um valor ético” (ILLICH, 1976, p. 25), reestabelecendo a relação entre meios e fins. Manzini e Jégou chegam a uma posição parecida ao buscar a sustentabilidade por meio de uma “descontinuidade sistêmica” associada a uma nova “ideia de bem-estar”, de modo a conseguir melhorias na esfera social e na ambiental (2003, p. 34-40).

Sem a elaboração de outras sensibilidades, de outras maneiras de perceber e interpretar a relação do ser humano com o mundo, de outras estéticas e de outras éticas, a sustentabilidade, no seu sentido mais amplo, não pode ser alcançada. A terceira sugestão de Illich está relacionada aos modos de procura da alteridade, à oportunidade de promover processos participados de imaginação, que operem, agonisticamente, oara desafiar o *status quo.* Illich afirma que “at present people tend to relinquish the task of envisaging the future to a professional elite. They transfer power to politicians who promise to build up the machinery to deliver this future” (1973, p. 25); e continua dizendo que “alternate political arrangements would have the purpose of permitting all people to define the images of their own future” (1973, p. 26). Para um design orientado a transformar realidades existentes em realidades preferíveis e que, raramente, declara os critérios que o leva a avaliar o que é preferível e como tais critérios foram elaborados, a proposta de Illich pode inspirar evoluções metodológicas nos signos da participação das pessoas e de sua autonomia criadora. O escopo do design pode ser ampliado para um trabalho coletivo de compreensão crítica das realidades existentes, de imaginação de outras realidades e, logo, de diálogo a respeito de quais realidades desejar.

Imagino um codesign como design convivencial.